

## Garantias de emprego ao pré-aposentado e gestante são previstas na Convenção Coletiva

**Música, poesia e literatura estréiam em março no Sintcon-RJ**

– página 3

**Eleição de Chinaglia prepara novos ataques aos direitos trabalhistas**

– página 7

**Desabamento do Metrô de São Paulo mostra falência das PPPs**

– páginas centrais



**C**láusulas da maior importância para os trabalhadores da consultoria de engenharia e projetos, as de número 15 (Garantia de Emprego ao Pré-Aposentado) e 16 (Garantia Provisória de Emprego da Gestante) representam verdadeira conquista social materializada na Convenção Coletiva. Nesta edição, comentamos ambas as cláusulas e algumas de suas ressalvas, lembrando a necessidade de os trabalhadores da consultoria lerem periodicamente a Convenção ou, se for o caso, o acordo coletivo, inteirando-se de seus direitos – página 3.

## PAC atende a capital financeiro e reduz gastos sociais

Lançado em 22 de janeiro e prevenindo R\$ 503 bilhões de investimentos até o ano 2.010 em logística (transportes), energia e infra-estrutura social e urbana (habitação e saneamento), o Programa de Aceleração e Crescimento (PAC) vem sendo apresentado como um esforço de governo e empresários para melhoria das condições de vida da população brasileira.

A aparência, contudo, esconde a essência do Programa, que na verdade se propõe a aumentar o chamado su-

perávit primário (ou seja: a parte do orçamento e recursos públicos destinada ao pagamento das dívidas com o sistema financeiro nacional e estrangeiro). Para atingir esse objetivo, o PAC prevê o corte de gastos sociais, especialmente com previdência, além de forte arrocho salarial. Não por acaso um dos itens do PAC (“Medidas Fiscais de Longo Prazo”) prevê a limitação, por 10 anos, nos gastos com serviços públicos e reajuste do salário mínimo, que deve ser mantido em índices pífios até 2.011.

Por aprofundar o acordo do governo Lula com o capital rentista (nacional e transnacional) o PAC já está sendo, ironicamente, chamado de Plano de Atendimento aos Credores.

Cumprir observar que o PAC propõe-se a intensificar as chamadas Parcerias Público-Privadas (PPPs). As mesmas que nortearam a expansão do Metrô de São Paulo, onde recentemente desabou uma obra tocada por consórcio de empreiteiras privadas, na maior tragédia da engenharia brasileira.

***Em 2006, Sintcon-RJ ajuizou centenas de ações em defesa da categoria*** – página 2.

# Sintcon ajuizou 200 ações em defesa dos trabalhadores da consultoria em 2005/2006

O Departamento Jurídico do Sindicato é composto por 2 (dois) advogados e um estagiário. Entre suas funções destacam-se o acompanhamento das negociações coletivas, seja visando a assinatura de Convenção Coletiva, ou de Acordos Coletivos; a responsabilidade pelas homologações realizadas no Sindicato; a assistência jurídica à categoria, seja individual ou coletivamente; e o assessoramento à diretoria do Sintcon/RJ.

Pode-se afirmar que a atuação do Departamento Jurídico nos últimos dois anos foi intensa. Foram ajuizadas cerca de 200 ações, sendo grande parte delas de caráter individual, ou seja, relativas ao contencioso individual do trabalhador contra determinada empresa do setor. Nesse período também foram ajuizadas 8 (oito) ações requerendo vínculo empregatício e 36 (trinta e seis) ações requerendo periculosidade.

Sempre é bom ressaltar que o tempo é um fator de alta inconstância na Justiça. Assim, a duração de uma determinada ação, seja de caráter individual e/ou coletivo, pode levar meses ou anos para ser solucionada. Da mesma forma é importante frisar que nem sempre o êxito da ação representa a imediata recompensa por parte do trabalhador (em caso de ação individual) e/ou dos trabalhadores (ação coletiva), daquilo que lhe(s) é devido, pois muitas empresas desaparecem do mapa e seus sócios idem.

O tempo também é inconstante na

determinação do fim da contenda jurídica. Há casos no setor de ações que obtiveram êxito e que perduraram. Outras ainda perduram um tempo maior que o do julgamento da ação para que o(s) trabalhador(es) receba(m) o que faz(em) jus.

As ações de caráter coletivo ajuizadas nesse período lograram êxito. Significa dizer que os trabalhadores, seja por decisão judicial, seja por acordo judicial, passaram a receber

aquilo que foi objeto da ação. Pode-se citar, como exemplo, as ações reivindicando periculosidade de alguns trabalhadores da Marte Engenharia que prestam serviços nas Usinas Nucleares em Angra dos Reis.

Outrossim, é importante frisar que o Departamento Jurídico ajuizou 8 (oito) ações pleiteando vínculo empregatício, todas com êxito. Significa dizer que trabalhadores que foram anos e anos subcontratados

de forma irregular (cooperativados, "autônomos", pessoa jurídica etc.) tiveram seu vínculo empregatício reconhecido pela Justiça. Certamente, essas ações assumem um grau de importância na medida em que uma série de empresas do setor passaram a colocar a barba de molho e, por ter uma represália judicial e um prejuízo futuro, passaram a contratar profissionais de forma regular, ou seja, assinando a carteira de trabalho.

## Em destaque, ações contra subcontratação irregular e pela liberação da contribuição confederativa

Merece destaque nesses dois últimos anos uma ação de caráter coletivo envolvendo um tema polêmico: a ingerência patronal em assunto que diz respeito a relação direta entre Sindicato e trabalhadores.



Essa ação, distribuída para a 4ª Vara da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro, teve decisão favorável ao Sintcon-RJ, não cabendo mais recurso, aguardando apenas a expedição de alvará para o Sindicato.

Nesta ação, a CONSULPRI - Consultoria e Projetos Ltda resolveu descontar a contribuição confederativa de seus trabalhadores e não encaminhá-la

ao Sindicato. Por iniciativa própria, a empresa resolveu fazer um depósito judicial desses valores e discutir a legalidade da contribuição na Justiça do Trabalho.

Além de desrespeitar a decisão dos trabalhadores do setor reunidos em assembleia, a empresa desrespeitou uma cláusula da Convenção Coletiva assinada para o setor. Sem contar que se intrometeu num assunto que não lhe diz respeito. Só e somente só o trabalhador tem

o direito de aceitar e/ou não o Sindicato representativo do setor em que trabalha. Quem deve cobrar do Sindicato algo que acha ser lesivo e/ou abusivo na relação Trabalhador-Sindicato é o próprio trabalhador, seja participando e discutindo nas assembleias gerais, seja individualmente, buscando a Justiça quando achar que falta espaço de discussão.

As verbas provenientes da contribuição confederativa subsidiam e continuarão subsidiando uma série de atividades desenvolvidas em prol dos profissionais do setor. Os cursos ministrados no Sindicato, abrangendo Autocad, MicroStation, Excel etc têm como fonte os recursos provenientes da contribuição confederativa. Da mesma forma que os demais serviços prestados pelo Sintcon-RJ – assistência jurídica, serviço de homologação, entre outros.

Outras ações de caráter relevante foram as 8 (oito) ajuizadas contra empresas que insistem em subcontratar de forma irregular trabalhadores no setor (cooperativados, pessoa jurídica, "autônomos" etc.). Além do pleno êxito dessas ações, o Jurídico do Sintcon-RJ tem encaminhado ao Ministério Público denúncias de empresas que ainda insistem em trilhar o caminho da irregularidade na relação empresa X trabalhador.



**SINTCON** Filiado à  
Sindicato dos Trabalhadores  
em Consultoria de Engenharia e  
Projetos no Estado do Rio de Janeiro



**Jornal de responsabilidade da diretoria colegiada do Sindicato dos Trabalhadores em Consultoria de Engenharia e Projetos no Estado do Rio de Janeiro.**

Rua Álvaro Alvim, 37 - sala 505 - Tel:(021) 2240-6328 e 2220-7914/Fax: 2262-5587

- e-mail: sintcon@brfree.com.br - Os artigos assinados não emitem necessariamente a opinião da diretoria do SINTCON/RJ.

Edição: André Luis Pelliccione (Mtb.19.301)

- Diagramação e editoração eletrônica: Carlos Soares (Mtb. 16.993)

# Cláusulas 15 e 16 garantem emprego a pré-aposentado e gestante

**D**uas das mais importantes cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho dos trabalhadores em consultoria de engenharia e projetos são as de números 15 (Garantia de Emprego ao Pré-Aposentado) e 16 (Garantia Provisória de Emprego da Gestante).

A cláusula 15 diz: “as empresas se obrigam a não dispensar, no período de 12 meses imediatamente anteriores à complementação de tempo de serviço mínimo para aposentadoria pela pre-

vidência social, os empregados que contem com menos de 5 (cinco) anos completos de vinculação empregatícia exclusivamente com essas empresas”.

Esta cláusula é de suma importância, sobretudo para os trabalhadores cuja idade mais avançada pode (eventualmente) ser um obstáculo à recolocação no mercado de trabalho em caso de demissão. A cláusula 15, porém, ressalva que “a estabilidade provisória não com-



prende os casos de demissão por motivo de força maior e se extinguirá se não for requerida a aposentadoria pelo empregado imediatamente após a data em que haja sido complementado o tempo mínimo à aquisição do direito ao benefício”.



Também de suma importância por suas implicações sociais, a cláusula 16 afirma que: “será concedida garantia provisória de emprego à empregada gestante até 150

dias após o término da licença-maternidade, ressalvados os casos de rescisão contratual por justa causa ou por iniciativa da empregada”.

Todo trabalhador em consultoria de engenharia e projetos deveria, periodicamente, dar uma lida na Convenção Coletiva de Trabalho ou, se for o caso, no Acordo Coletivo celebrado com sua empresa. O tempo ‘gasto’ para conhecer mais um pouco os direitos sociais e trabalhistas nunca é tempo perdido.



## Música, poesia e literatura estreiam em março no auditório do Sintcon-RJ



Atividades mensais começam no dia 16, com leitura de textos literários e show de samba



O Sintcon/RJ promoverá no auditório de sua sede, a partir de março deste ano, uma série de atividades na área cultural, incluindo shows musicais de artistas e grupos do circuito MPB/Samba/Choro/Frevo; debates; exposições de fotos; artes visuais e outras, realizadas ou não por pessoas da categoria, além de leitura de textos clássicos da literatura e dramaturgia.

As atividades serão mensais e a primeira delas acontecerá em 16 de março às 18:30 horas, no evento “Mulher na Cultura Brasileira”, que terá como abertura Cleise Campos, atriz/bonequeira apresentando teatro de bonecos com textos de autoras nacionais – Adélia Prado, Cecília Meirelles e Clarisse Lispector; bate-papo com a Deputada Inês Pandeló PT/RJ e Cleise Campos; pocket-show “Mulher sempre dá Samba” com o Grupo Manga de Colete tendo como participação especial Tia Surica da Portela.

Prevista para 30 de março, também às 18:30 horas no auditório do Sintcon, a segunda atividade será uma homenagem ao Centenário do Frevo, no evento “O Rio nos Passos de Pernambuco”, show com Adrianna BB e banda – que acaba de gravar um DVD; e dependendo de confirmação, uma Roda de Cocos e outros ritmos pernambucanos e um bate-papo com Ilva Nino.

Caso você esteja interessado em contribuir com esse projeto, entre em contato com: flavioaniceto@gmail.com ou gilcruz2@yahoo.com.br

Não fique só,  
fique SÓCIO!

**SINDICALIZE-SE!**



# Do caos anunciado ao desrespeito permanente!

## Desabamento no Metrô de São Paulo mostra falência de Parcerias Público-Privadas

\*Gilberto Alcântara da Cruz

**A** engenharia nacional, que já serviu de modelo para outros países, sendo motivo de orgulho para os brasileiros, hoje, com empreendimentos tipo METRÔ – linha 4 de São Paulo, presta um desserviço à nação, maculando todo um cabedal tecnológico desenvolvido ao longo do século passado e disseminando o terror na população.

Em novembro de 2004, o *SintconNotícias*, através do artigo “Engenharia Consultiva: crônica da morte anunciada!”, denunciou fatos degradantes que estavam ocorrendo nas licitações públicas, por conta da Lei 8.666 – aquela em que prevalece o menor preço, a despeito da observância da qualificação técnica das empresas concorrentes. A idéia fixa de um Estado mínimo postulado pelo projeto neoliberal é, certamente, o mote que fez aprovar uma lei que, ao desconsiderar itens como qualidade e segurança, reduz a preços inexecutáveis os empreendimentos, reduzindo, também, a responsabilidade pelo desastre que tal(is) empreendimento(s) pode(m) gerar.

**Pacote fechado (turn key) diminui fiscalização e controle de obras**

Num país eivado pela corrupção, como o Brasil, não se poderia esperar outra coisa. O incentivo é cada vez maior a iniciativas onde o Estado fi-

### Engenharia Consultiva: Crônica da morte anunciada!

**Uma verdadeira bagança. Uma demonstração cabal de que não há a mínima preocupação com a segurança e a qualidade dos serviços prestados.**

**OSINTCON-RI desde já se coloca à disposição para participar em fóruns apropriados de discussão visando buscar soluções para tais problemas.**

nancia as empresas privadas e estas abocanham o bônus do empreendimento, cabendo ao Estado arcar com o(s) possível(is) ônus. Após uma série de denúncias, o Poder Público e os grandes cartéis nacionais – as grandes empreiteiras, as grandes empresas de engenharia etc. — resolveram instituir um novo elemento no processo de licitação pública: o chamado “turn key”, ou seja, um pacote fechado no qual uma empresa e/ou um consórcio de empresas propõe(m) um preço fixo para realização de determinado empreendimento, do projeto básico ao executivo. Integra, também, ao processo, a licitação de uma empresa e/ou um conjunto de empresas responsável(is) pela fiscalização e gerenciamento do empreendimento.

Desta forma, o consórcio constituído por cinco das maiores empreiteiras do país – Odebrecht – Andrade Gutierrez – OAS – Queiroz

Galvão - Camargo Corrêa – (Consórcio ‘Via Amarela’) venceu a concorrência para construção da linha 4 do METRÔ de São Paulo. A empresa responsável pela fiscalização e gerenciamento do empreendimento foi a Engemab, pertencente ao engenheiro Marco Antônio Buoncompagno que, entre outros predicados, responde a processo de crimes contra o patrimônio público e corrupção no Estado de São Paulo.

**Menor preço e maior prejuízo à população**

Certamente, como infelizmente vem ocorrendo na maioria dos empreendimentos licitados pela Lei 8.666, o consórcio Via Amarela sub-contratou, a um preço mais irrelevante, micro empresas (as chamadas gatas) para executarem a obra, ou, como também ocorre, pressionou seus empregados

a trabalharem *a toque de caixa* nesse projeto, sem tempo sequer para checar e/ou revisar o serviço. Se o consórcio, por conta do preço mínimo, demonstrava pouca responsabilidade sobre o empreendimento, o que esperar de gatas pessimamente remuneradas? Provavelmente sequer realizaram sondagens, muito menos estudos geológicos do terreno.

O menor preço, neste caso, transformou-se no maior prejuízo imposto à população paulista, à engenharia nacional e à nação. Certamente, o preço mal e porcamente daria para construir, decentemente, o bar cospe grosso do Seu Manoel, localizado na zona do baixo meretrício. Quiçá uma obra de tamanha importância pelo volume de pessoas que envolveria, bem como pelo alto grau de risco, pois a obra se realizaria numa área totalmente ocupada no perímetro urbano, próximo ao rio Tietê.

O desastre ocorrido em 12 de janeiro, que matou nove pessoas e desestruturou lares, desabrigou uma série de famílias que perderam suas residências, comprometendo a estrutura de edificações próximas ao local da obra. Serve de alerta para o desastre que vem ocorrendo com as grandes obras de infra-estrutura no Brasil. A sociedade deve exigir das autoridades respeito aos direitos mínimos de cidadania.

Observa-se, por outro lado, que a argumentação inicial do consórcio Via Amarela, para justificar o desastre de 12 de janeiro (‘chuva recorde’), não condiz com a realidade. Nos últimos 10 anos, a cidade de São Paulo, nes-

Fotos:Lindomar Cruz/ABr



**Tragédia  
como a de  
São Paulo  
poderia ser  
evitada**

se período, vem registrando chuvas de maior intensidade. Outra falta de respeito para com a população.

### **Maximização de lucros é preocupação central de empreiteiras**

Nas eleições passadas, as empreiteiras doaram R\$ 24,5 milhões – 8,55% das doações a um conjunto de parlamentares eleitos – consolidando-se como o setor que mais financiou campanhas. Há parlamentares que afirmam, como é o caso do Deputado Ivan Valente (PSOL-SP) que “... essas empreiteiras, por serem grandes financiadoras, ganham imunidade, que depois se transforma em impunidade, na fiscalização das obras das quais ganham licitação”. Além de vencer grande parte das licitações de

obras, essas empresas têm se beneficiado com o processo de privatização das rodovias estaduais e federais, já que ganharam concessões que lhes permitem explorar a cobrança de pedágios.

O desabamento no METRÔ de São Paulo não é o primeiro desastre ocorrido em obras lideradas por grandes empreiteiras no Brasil. Luiz Dalla Costa, coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), afirma que essas empresas procuram executar a obra o quanto antes, para maximizar os lucros. Desde abril de 2005, o MAB denunciava que havia constantes vazamentos na barragem de Campos Novos, na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. Em junho de 2006, a barragem estourou e colocou em risco a vida da população local. A obra era executada

por um consórcio constituído pelas empresas Votorantim, Companhia Brasileira de Alumínio, Bradesco e Camargo Corrêa.

### **Culpados têm que ser punidos exemplarmente**

A preocupação dos dirigentes do MAB serve de alerta para a população brasileira porque, com advento das PPPs (Parcerias Público-Privadas), o Estado está se retirando de setores estratégicos e entregando a responsabilidade às empresas, que visam exclusivamente o lucro. É imprescindível que a Justiça puna, de forma rigorosa, não só as empresas consorciadas, como a fiscalizadora e o Governo do Estado de São Paulo, por permitir tamanho desrespei-

to aos cidadãos. Da mesma forma, é imprescindível rever os preceitos da lei 8.666, posto que o menor preço tem implicado em maior prejuízo não só para a engenharia nacional como para a nação.

Foi um milagre ter acontecido tal desastre, pois o pânico, a desgraça seriam infinitamente maiores se já estivesse concluída a obra. Lá estava previsto um túnel por onde passaria a linha 4 do METRÔ. Imaginem quantos milhares de pessoas poderiam morrer. Não se pode falar em Estado mínimo quando os cidadãos não têm assegurados os seus direitos básicos. No Brasil Estado mínimo é sinônimo de sacanagem máxima.

**\*diretor do Sintcon-RJ**

## DEU NA IMPRENSA

# Mais de 150 milhões caem no Conto do Paco

Ontem eu tinha 24 anos. Hoje tenho 66. O que mudou no meu país foi para pior. Acabaram com o transporte ferroviário e fluvial, continuam matando índios e o desmatamento segue acelerado. Menos, é claro, na parte onde moram os cidadãos de primeira classe quando a vida se tornar insuportável nos EUA e na Europa. Somos campeões mundiais de prostituição infantil e desigualdade social.

Quem é turfista conhece a expressão "impossível perder!". É o que você grita um segundo antes do seu cavalo perder por focinho. Eis a minha relação com o PAC. Mesmo sabendo que não tinha condições de dar certo, eu torcia por ele. Depois de tantas décadas de porradas físicas e espirituais, eu me iludia. Pensava: "Ninguém é tão cínico. O homem ganhou com 60% dos votos. Vai aproveitar para fazer as reformas, pois agora todos estão alinhados com ele, o Sr. Luiz Silva: Executivo, Judiciário, Senado, Câmara e governadores. Eles têm de ter um plano", pensava. "Deve existir uma equipe humanista que há

quatro anos vem elaborando um plano de salvação nacional."

Pois bem, não tinham. O Plano de Aceleração do Crescimento, o PAC, é, em verdade, o Conto do Paco, tão conhecido do pessoal especialista no Art.171. O plano do primeiro mandato chamava-se Fome Zero e era produto da ignorância caipira (mas nem por isso menos sedenta) dos homens que cercavam o presidente. Parece que a equipe do Conto do Paco I foi a mesma que elaborou o Conto do Paco II.

Dessa vez a frase que denunciou o Paco foi: "Aqui não se cresce sacrificando a democracia". Que besteira é essa? Bastaria ter parado no meio: "Aqui não se cresce". Não se faz outra coisa a não ser desrespeitar a democracia, a Constituição e os direitos humanos. Basta de hipocrisia. No Brasil só existe democracia para quem é rico; quem não é rico não consegue nem se mexer e a democracia de fantasia acaba por se tornar a mortalha do infeliz.

São 503 bilhões (só a Vale do Rio Doce valia 5 trilhões quando o "gênio"

do FHC a vendeu por 3 bilhões), que serão distribuídos entre ministros políticos cujos olhinhos brilham de satisfação. As turmas do mensalão, da compra de votos, dos sanguessugas, da PM e outras oficialmente inocentadas não vêm a hora de meter a mão no dinheiro. Ninguém veio à cena explicar racionalmente a distribuição. Uma criança poderia ter distribuído este dinheiro do povo talvez com mais justiça.

Nada se falou da ecologia, reformas administrativa, agrária, bancária, previdenciária, sobre a Varig, sobre a educação, cultura, escolas, presídios, enfim tudo. De certo sabemos apenas que meterão a mão no FGTS e que continuaremos a pagar pelo CPMF. Serão quatro anos de rachuncho sob o olhar aquiescente de Dona Dilma Rousseff (tudo em cima, camarada?), muito parecido com aquele que a Condoleezza Rice lança ao Bush de vez em quando.

No Brasil, como em qualquer país dominado pela religião neoliberal, não há atividade. Após 43 anos de exceção, nada é mais patente que a passividade do povo.

A atividade deveria ser a conduta intencional socialmente reconhecida, que resulta em mudanças correspondentes e socialmente úteis. Mas, no Brasil, a atividade refere-se apenas ao comportamento e não à pessoa atrás do comportamento.

No Brasil a bandidagem oficial e extra-oficial ganhou a luta (eu e 90% do povo brasileiro estamos desacordados com a cara na lona, como o Maguila, depois daquela formidável traulitada do Foreman) e conseguiu definitivamente alienar o homem da sua ocupação e da sua função política.

O resultado da atividade (os que estão empregados) do povo paira sobre ele, distinto dele e contra ele. Falo, por exemplo, da relação homem-bolsa-família. Essa bolsa-família paira acima do homem, acima de sua capacidade, do seu potencial, tornando-o o anti-revolucionário, transformando-o numa criatura passiva que tudo aceita, nada discute e tem vaga noção por que está vivo. O Sr. Luiz Silva jamais perderá uma eleição no Brasil, enquanto distribuir dinheiro entre os ricos e bolsas-família entre os pobres.

**Fausto Wolff** - Jornalista

## Planos e obras

# A distância entre os fatos e as palavras! Opinião da engenharia nacional acerca do PAC

A distância é enorme. E tem aumentado com o passar dos anos. É como se existisse uma separação, com as partes cada vez mais ensandecidas pelo litígio. E, na briga entre fatos e palavras, o povo brasileiro vai perdendo a esperança de que o crescimento propalado pelo governo federal deixe de ser apenas retórica.

Mas vem aí o PAC. Leia-se *Programa de Aceleração do Crescimento*. Apropriado para provocar impacto, contará com os recursos previsíveis do Orçamento, do FGTS/FAT, do Projeto Piloto de Investimentos (PPI), das possíveis parcerias público-privadas e das estatais, lideradas pela PETROBRÁS. O bolo seria de R\$ 114 bilhões, distribuídos no correr do ano, em especial para obras de infra-estrutura.

É óbvio que, se analisadas as urgências brasileiras, tais recursos seriam até um

bom começo para uma administração federal que até aqui não conseguiu iniciar empreendimentos significativos. Mas o terreno, depois de tanto tempo, pode ser trabalhado: foi sancionada a lei que acaba de criar o marco regulatório do saneamento; os órgãos que cuidam do meio-ambiente afirmam que estão mais ágeis na liberação dos projetos cujas interfaces mexem nesse campo; há promessa de serem desatados mais alguns nós burocráticos da Caixa Econômica Federal para ampliar o acesso das construtoras imobiliárias aos financiamentos da instituição, e as parcerias público-privadas estão aí, prontas para serem acionadas. À primeira vista, a bola do crescimento não estaria mais apenas na dependência do governo. Os demais jogadores deveriam cuidar para chutá-la a gol.

Acontece que o Brasil está atolado na

estagnação há 25 anos. E a saída desse atoleiro não se dá tão-somente com sugestões ou indicações de que, enfim, o terreno está terraplenado. A distância entre fatos e palavras acentuou-se de tal modo, que a desconfiança permanece. Isso faz lembrar o samba do Ataulfo Alves: "*Laranja madura/ na beira da estrada/ tá bichada Zé, ou tem marimbondo no pé*". E o próprio governo se encarrega de alimentar essa desconfiança, ao prometer, no primeiro mandato, o que volta a prometer no segundo. Porque para romper a barreira entre fatos e palavras, precisa falar menos e fazer mais.

De qualquer modo, a equipe que volta de férias fica na expectativa de que o Carnaval passe logo e que o Brasil oficial entre no ritmo que a promessa de crescimento requer. Até aqui o crescimento obtido,

para coroar o êxito do governo, foi a carga tributária. Haja vista que, quando o presidente Lula da Silva assumiu o primeiro mandato em janeiro de 2003, a carga tributária herdada do governo anterior era de 35,84% do Produto Interno Bruto. E embora no primeiro ano de mandato do atual governo declinasse para 35,54%, logo começou a subir. Daí em diante a escalada não parou mais. Hoje, ela corresponde a 38,75% do PIB. Um crescimento e tanto, para quem quer provocar o deslanche imediato do PAC, que, com o tempo, e desde que não produza efeitos práticos, poderá figurar no dicionário brasileiro das siglas inúteis.

**Editorial da Revista O Empreiteiro**  
Janeiro de 2007

# Eleição de Chinaglia sinaliza congresso mais fisiológico com ataques aos direitos dos trabalhadores

Montado para dar “sustentação política” ao governo Lula no Congresso Nacional e consolidado na recente eleição do Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) para a presidência da Câmara, o arco de alianças liderado por PT-PMDB traz duas implicações imediatas da maior gravidade. A primeira delas será o atendimento mais direto a interesses fisiológicos de partidos da base aliada e do próprio PMDB — como a ressurreição da extinta Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), onde estão abrigados representantes do ex-senador Jáder Barbalho (PMDB), acusado de fraudes bilionárias contra o erário público naquela superintendência. Outra ‘fatura’ a ser cobrada pelo arco de alianças PT-PMDB será a absolvição do ex-ministro José Dirceu no plenário do Congresso, consolidando a ‘política do abafa’ no legislativo.

## Giro à direita e desafios aos trabalhadores

Mas o arco de alianças PT-PMDB também sinaliza uma inflexão ainda mais conservadora para o segundo mandato do presidente Lula, que manterá (e aprofundará) a atual política econômica de subserviência ao capital rentista, benefício aos setores empresariais/latifundiários e um ataque feroz aos direitos dos trabalhadores — vide o recém lançado PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), analisado em matéria específica desta edição.

Por si só, essa realidade já apresenta inúmeros desafios para as entidades de trabalhadores em suas lutas de resistência às ofensivas do governo e dos patrões. O principal deles será o de atingir um patamar superior de unidade e consciência política, transcendendo os limites do sindicalismo tradicional e com capacidade de organizar tanto as lutas dos

trabalhadores formais quanto informais, na cidade e no campo. Tarefa que, ante a capitulação de entidades como CUT, UNE e MST às políticas do governo, será ainda mais difícil e complexa em sua implementação.

### É possível resistir e buscar alternativas

Apesar das mencionadas dificuldades, um dos primeiros passos dados para fortalecer a resistência dos trabalhadores à política neoliberal do governo Lula foi a recente criação da Frente Nacional de Lutas Contra as Reformas, organizada pela Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), e que pretende agregar a contribuição de movimentos sindicais e sociais de todo o país, numa ampla campanha de mobilização e esclarecimento sobre os projetos anti-trabalhador em gestão no Congresso Nacional e Palácio do Planalto.

## Nova base de sustentação parlamentar abre caminho para governo Lula aprofundar reformas neoliberais



Foto: Valter Campanato/Abc

## Nova reforma da previdência pode atingir trabalhadores da iniciativa privada

Apesar das afirmações do presidente Lula em contrário, o governo dá indícios de que proporá (sim) uma reforma no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que engloba a previdência dos trabalhadores da iniciativa privada. Um dos argumentos apresentados como ‘defesa’ de tal medida é o ‘crônico déficit’ do INSS, pelo qual são injustamente responsabilizados os trabalhadores.

Isto porque o governo e seus aliados omitem o fato de que, no Brasil, o INSS tem tido seu caixa arrombado pelos sucessivos calotes aplicados por grandes empresas, que em muitos casos não repassam suas devidas contribuições ao Instituto. Cálculos preliminares do próprio Ministério da Previdência Social (MPS) estimam em cerca de R\$ 100 bilhões de reais os chamados ‘créditos podres’ do INSS — dívida dos empregadores para com o instituto, até hoje não cobrada.

O mesmo mecanismo de ‘responsabilizar’ os trabalhadores pelo ‘déficit’ da previdência poderá ser utiliza-

do na promoção de outras reformas de interesse do governo e empresários, como a trabalhista e sindical. Quanto à primeira, não é novidade que, já nos anos 90, os governos Collor, Itamar e FHC vinham defendendo a adoção dos chamados ‘contratos flexíveis’ de traba-

lho, sem FGTS, sem férias, sem décimo-terceiro. Enfim, sem nenhum dos direitos consagrados na Constituição, tida por demais ‘progressista’ para os que, como a maioria dos grandes empresários, desejam sinceramente a abolição da Lei Áurea.

Sobre a reforma sindical, a proposta do governo é deslegitimar os atuais sindicatos e fragmentar sua base social através da criação de dezenas de sindicatos por setor, empresa ou mesmo por local de trabalho, numa espécie de ‘vale tudo’ sindical. Outra proposta seria dar poder às centrais sindicais para negociarem em nome (e mesmo por cima) dos sindicatos filiados.

Cerca de R\$ 100 bilhões de reais: os chamados ‘créditos podres’ do INSS

# Em março, cursos de Autocad e Microstation no Sintcon-RJ

No mês de março, o Sintcon-RJ estará abrindo novas turmas. Estão previstas, para este ano, duas turmas de básico e duas de avançado. Nos últimos anos, o Sindicato não tem medido esforços para instrumentalizar a categoria com cabedal tecnológico suficiente para atender as demandas do dia-a-dia nas empresas. Foram capacitados em nossos cursos, até agora, mais de 5.700 trabalhadores do setor.

Cientes da dificuldade da categoria e da pouca importância que a maioria das empresas do setor dá à capacitação tecnológica da mão-de-obra, o Sintcon-RJ vem destinando a maior parte de seus recursos (mensalidades dos sócios e contribuição confederativa) para esse fim. O custo para os não sócios é infinitamente inferior ao do mercado e, para os associados, é grátis.



Foto: Arquivo Sintcon

Alunos no auditório do Sintcon-RJ

**Em março, serão abertas as inscrições para as duas novas turmas dos cursos de AutoCAD e Microstation no Sintcon-RJ.**

A vantagem dos cursos oferecidos pelo Sindicato é que eles são ministrados por elementos da

própria categoria. Portanto, orientados para as principais demandas do setor. O resultado não

poderia ser outro: um contingente grande de trabalhadores se inscrevendo a cada abertura de novas turmas.

No entender da diretoria do Sintcon-RJ essa é uma das melhores formas de dividir, com seus associados e com a categoria em geral, o montante arrecadado durante o ano. É importante ressaltar que o Sindicato é a casa do trabalhador. Fortalecê-lo, participando de suas atividades, é tarefa e, ao mesmo tempo, motivo de orgulho de todos.

Segundo o escritor latino americano Eduardo Galeano, "...O menosprezo à produção e ao trabalho é uma das evidências de que o mundo está de pernas pro ar.". Nós, que pretendemos resistir e, se possível, transformar essa realidade adversa, fazemos exatamente o contrário por entendermos que, sem os trabalhadores, a sociedade não seria possível.

## Plantão do Jurídico SINTCON-RJ

**Advogado Celso Gomes**  
Terça-feira e Quinta-feira  
das 14:00 às 16:00 horas

**Advogado Ricardo William**  
Segunda-feira e Quarta-feira  
das 14:00 às 16:00 horas

4) Ajuizados em  
Volta Redonda

De segunda a sexta-feira,  
das 8 às 12 horas

(Após a solicitação, aguardar pequeno  
prazo para  
as informações).

Tel.: (0xx24) 3342-1609

Horário de  
Homologações:

Rio de Janeiro:  
De segunda a sexta-feira,  
de 13:30 às 15:30  
(marcar horário por telefone)

Volta Redonda:  
De segunda a sexta-feira,  
de 08:00 às 10:30  
(marcar horário por telefone)

### Informações sobre processos:

1) Ajuizados até DEZ/94

2) Ajuizados entre JAN/95 e DEZ/99

3) Ajuizados a partir de JAN/2000

De segunda a quinta-feira,  
das 14 às 16 horas.

Tel.: (0xx21) 2240-6328 e 2220-7914

Fax (0xx21) 2262-5587



**Sindicato dos Trabalhadores em Consultoria de Engenharia e Projetos no Estado do Rio de Janeiro - SINTCON - RJ**

- Sede: Rua Álvaro Alvim, 37 - sala 505

- Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP: 20031-010.

e-mail:sintcon@brfree.com.br

Sub-sede: Largo nove de abril, nº 26 - sala 701 - Vila Santa Cecília

- Volta Redonda - Rio de Janeiro - CEP: 27.260-830.